i. – Designação da ação:

O RGPD na Administração Pública

ii. - Objetivos:

Adquirir conhecimentos que capacitem para analisar e refletir sobre questões fundamentais, com particular ênfase nas principais inovações que o Código em apreço contém.

iii. – Destinatários:

Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas – Nível V a VI

iv. – Identificação dos formadores

Dr.ª Alice Oliveira

v. – Identificação do responsável pela coordenação científica e do responsável pela coordenação pedagógica da ação de formação

O responsável pela coordenação científica da ação de formação é a Dr.ª Cristina Pedra Costa, licenciada em Gestão de empresas e Direito, possui Competência Pedagógica de Formadora – CAP

O responsável pela coordenação pedagógica da ação de formação é o Eng. Luís Costa, licenciado em Engenharia Mecânica, Gestão de Empresas e Segurança e Saúde no Trabalho, possui Competência Pedagógica de Formador – CAP e CAP de Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho.

vi. – Modalidade e Organização da Formação

Contínua e presencial

vii. – Programa detalhado

I - Fundamentos sobre proteção de dados e privacidade

i. Enquadramento legal de acordo com o RGPD e sentido da evolução

ii. Conceitos-chave sobre PD e princípios enformadores

iii. Atores, respetivo papel e responsabilidades

iv. Direitos dos titulares dos dados

v. O tratamento de dados sensíveis

vi. Data security e data protection

vii. Transferências de dados para países terceiros

viii. A autoridade de supervisão

II - Organizar e implementar na prática um quadro de conformidade (compliance) com o RGPD

1. Aspetos práticos gerais do RGPD

i. O histórico e o futuro: identificação, qualificação e parametrização dos dados pessoais para efeitos do RGPD

ii. Fundamentos para o tratamento de dados pelas entidades públicas e a exclusão do interesse legítimo

iii. Os direitos dos titulares dos dados e mecanismos para lidar com eles

iv. O papel do Encarregado de Proteção de Dados (DPO) e a interação com a organização

v. Privacy Impact Assessement

vi. Definição das alterações necessárias para garantia de conformidade: capacidade in house e contratação externa; os timings da contratação pública.

2. Prova de compliance

i. Requisitos de accountability

ii. Necessidade de organização de políticas e de procedimentos

iii. A exigência de um dossier de prova documental

iv. Auditorias sobre privacidade

v. Supervisão, ações de enforcement e sanções

III - Análise de case studies e resolução de casos práticos

viii. – Data de realização

Nº de dias – 2 dias

Datas – 25 e 26 de Fevereiro de 2019

ix. – Carga horária e respetivo horário

Carga Horária – 14 Horas

Horário – 7 Horas por dia das 9H30 às 13H00 e das 14H00 às 17H30